

CPI queima e cria candidatos

VILLAS-BÔAS CORRÊA*

Enquanto o PC, com mais dólares roubados no bolso que a soma de todos os cheques depositados nas contas dos anões, arma com sua equipe de advogados pagos com as verdinhas, os esquemas desesperados para mais uma fuga internacional — com menos riscos do que as dos afanadores de penosas, em correria desesperada pelos telhados, nos velhos tempos em que até a gatunagem tinha sua pitada de aventura —, o José Carlos Alves dos Santos, matriculado na mesma quadrilha, encena o tardio ato de desespero e arrependimento diante do país petrificado de indignação e pasmo com a confirmação da rouba-lheira, em dimensão muito além do imaginável.

A dose cavalgar de novidades, injetadas de uma só vez, acelera os batimentos do coração e sacode o conformismo que se ia infiltrando pelas brechas do cansaço, de um certo entorpecimento dos sentidos, exauridos por semanas de revelações espantosas.

Está longe de esgotar-se a cota de surpresas. Além do entreato do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do recurso do ex-presidente Collor de Mello à decisão do Congresso que suspendeu seus direitos políticos, muita gente torce para que o José Carlos, de marcapasso, algemas e documentos, conte o resto da história de patifarias que ainda guarda na reserva tática da memória e que o PC, enfim uniformizado com gorro, calça e faleco listrados, abra o bico e despeje o saco das suas proezas, dando os nomes e trapas do governo paralelo que administrou as verbas federais, faturando mais de US\$ 1 bilhão até que o *impeachment* e a renúncia do verdadeiro chefe interrompessem a fantástica operação.

A CPI do Orçamento tem fôlego e material para manter-se no centro do interesse nacional. No agudo das crises, as instituições buscam as saídas possíveis e descobrem alternativas de salvação. O Congresso tem hoje na CPI sua única possibilidade de reabilitação, mesmo com o inevitável sacrifício de privilégios e pagando o preço de uma renovação que encorpa na revolta da sociedade e anuncia o banho de votos para a lavagem da imundície acumulada em anos de cumplicidade com distorções sabidas e consentidas.

Prorrogando por mais 45 dias o prazo dos

seus trabalhos, a CPI afirmou seu compromisso de ir até o possível e extirpou pela raiz a recidiva corporativista que saiu da toca e deu o ar da sua graça. O presidente, o relator, os membros da CPI registraram a pressão do bando que, empinando o argumento calhorda de que a degradação moral do denunciante — exposta com a apuração policial da sua participação no crime inominável do

assassinato da sua esposa, a pobrezinha da Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos — desqualificava as denúncias e aconselhava a encerrar o assunto o mais depressa possível, botando a pedra do esquecimento em cima da cassação dos dois ou três bois de piranha, definitivamente enterrados até o pescoço na lama.

A resposta da CPI, porém, encerra a inqualificável manobra urdida nos ócios do Congresso virtualmente desativado, porque girando em torno da CPI nas asas do medo de novas revelações. Quem se considera a salvo diante da enxurrada que escorre de morro a baixo, engrossando a cada depoimento ou a cada investigação das subcomissões?

Difuso e volátil como fumaça, o medo coletivo parece que entorpece a capacidade de avaliação e de análise da súcia de parlamentares que curte angústias nos corredores vazios e nas rodas de conversas de gabinetes.

Pois é inacreditável que ainda haja espaço para o encaminhamento em surdina de proposta suicida e inviável como a da liquidação da CPI do Orçamento. Não apenas o Legislativo tem seu destino pendurado na faxina interna que recrie condições para sua reformulação, como é de clareza transparente que se a apuração dos escândalos for estancada por um golpe parlamentar, ela transbordará para a informalidade das investigações da imprensa.

A estupidez cínica do gesto de desespero morreu na praia. Com mais tempo, apesar da urgência, a CPI deverá ampliar a área investigada para levantar o esquema de corrupção das empreiteiras e as suas ramificações no Executivo. Pois o Legislativo não pode pagar sozinho pelas culpas que são suas, sim, mas também de parceiros que, até agora, só de raspão têm sido atingidos por denúncias à espera de confirmação documentada, com nomes, números e cifras.

Como um trator movido a podridão, a CPI passa sobre tudo, destroçando ambições e lançando sementes na terra arrasada. O risco dos esboços de candidaturas para a campanha que está à vista, a cinco meses das convenções que definirão os chapões para a maior eleição da nossa história, sofre correções bruscas. O que parecia resolvido na véspera desmonta-se com a revelação de documento que fulmina pretensões longamente sonhadas.

O calvário do PMDB está longe do fim. Ainda é cedo para o inventário das ruínas da legenda e a colagem dos cacos para safar o possível. Mas, se a tábua de naufrago do PMDB está fora da CPI, e pode chamar-se Antonio Britto, as siglas solidárias no infortúnio, e que correm na mesma faixa, talvez descubram na fogueira as soluções purificadoras.

Não é hora de arriscar palpite. Mas o PFL deve prestar diligente atenção no deputado Roberto Magalhães, um quadro que cresce e ainda tem muito espaço para afirmar liderança. E o PPR, na hora próxima de escolher o puxador da legenda, talvez pense duas vezes antes de confirmar sua desvairada paixão pelo prefeito Paulo Maluf e examine e pese a conveniência de uma troca pelo senador Jarbas Passarinho.

A CPI constitui, hoje, a única possibilidade de redenção do Congresso.